

Resposta de Manuel Curado à recensão do texto “*Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística*”, da autoria de José Vieira Leitão, publicada no Vol. XXXI, n.º 2 (2018) do Boletim do AUC

A publicação pelo *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* de uma recensão que José Vieira Leitão, um estudante de doutoramento, fez do livro *Primeiro Tratado de Cabala*, n.º 24 das *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, que coordenei, é inaceitável. O texto apresenta-se disfarçadamente de recensão mas é, de facto, uma peça sem fundamento, sem nada a ver com uma verdadeira recensão. Considero-o um documento maldoso a respeito do coordenador do livro e da colecção de 30 volumes na qual o livro se insere. Veja-se o fundamento destas alegações.

1. Seleção artificial de uma parte do livro. Leitão afirma que “o objetivo da corrente recensão não é o de analisar o livro de D. Francisco ele próprio, mas antes a introdução a esta obra, da responsabilidade do coordenador” (2018: p. 138). Uma recensão ocupa-se por definição de *um livro*; isolar arbitrariamente uma das suas partes é mau método. Se se aceitasse este método, onde se iria parar? O estudante poderia fazer uma recensão à lombada, por exemplo, ou até à nota de rodapé mais fácil que encontrasse. Sempre se poderia dizer que não há gravidade nisto porque esse exercício apenas revela a liberdade que todo o autor tem de selecionar o que lhe aprouver. Recentemente, João Pedro George publicou um livro sobre uma parte do corpo das mulheres e sobre as badanas dos livros (2018). Se esta moda pega, o doutorando poderá sentir-se autorizado a selecionar caprichosamente a parte do livro que quiser recensear. As badanas ou as contracapas. Ora isto não é aceitável como exercício de ciência.

2. Observações deselegantes. Diz Leitão a rematar o seu texto que “este livro é um exemplo do discutível critério da sua direcção na seleção da coordenação para os diversos volumes” (p. 146). Causa espanto que *um estudante*, a aprender uma só área, tenha capacidade para avaliar o mérito científico dos diretores da coleção e dos numerosos coordenadores de volumes. Não poderia ter lido *todos* os volumes à data da escrita da sua “recensão” nem deu provas que o habilitem para semelhante afirmação. Todavia, lança uma suspeita que só

se pode considerar maledicente sobre um projecto que ultrapassa claramente as suas capacidades.

3. Falsa atribuição de autoria. Numa das raras exceções em que se pronuncia sobre o resto do livro, afirma que, “no que toca à transcrição do *Tratado*, da responsabilidade de Aida Sampaio Lemos [ASL], embora esta seja largamente positiva, com a adição de numerosas notas de rodapé oferecendo a tradução de todo o Latim usado por D. Francisco com as suas respetivas fontes” (p. 145). Ora há aqui muitos equívocos. Em primeiro lugar, o livro só tem *um* coordenador e não dois. É *ele* o editor da obra, e é dele a exclusiva responsabilidade das notas de rodapé que “podem comportar ainda outras informações sucintas (...) e ainda informações sobre intervenções pontuais do editor quando não previstas nos critérios gerais” (2018a: p. 75). O trabalho de transcrição foi feito sempre com o aval do coordenador do volume. Todas as soluções aos problemas encontrados de fixação do texto foram estabelecidas em diálogo com a responsável pela supervisão linguística, mas, sublinhe-se, sempre com decisão final do coordenador. Há só um pensamento nesta obra; não há um e meio, nem dois. Em segundo lugar, as notas de rodapé que esclarecem o texto foram escritas por mim. Reunidas, ocupariam 12 páginas A4, o número de páginas enviado pelo coordenador para a equipa técnica que o assessorava. Não foi ASL que fez a tradução do latim nem foi ela que fez as 12 páginas de notas. Todos os volumes da coleção têm uma listagem das pessoas e das funções que desempenham na coleção. As traduções latinas estiveram a cargo do senhor Prof. José Carlos Lopes de Miranda. ASL ficou, como consta no paratexto final, com a supervisão linguística. Ora, numa edição de textos clássicos, as notas que esclarecem as dificuldades do texto são a parte decisiva. Leitão não quis saber delas; mais ainda, atribuiu 12 páginas do texto mais trabalhoso do volume a outra pessoa! Esta é a regra da interpretação que fez do texto: não só percebeu nada como não fez um trabalho sério para perceber. Algumas questões que a sua peça execrável levanta são respondidas plenamente nas tais notas de esclarecimento que ele atribui a outro. Pior do que isto seria impossível. Imagine-se que se atribui a autoria dos *Os Lusíadas* ou de um dos seus cantos a Fernando Pessoa...

4. Sugestões mirabolantes. Leitão pontua a sua peça com tiradas que, ao leitor mais desprevenido, parecem ter oportunidade e por vezes até ciência. Mas nada se aproveita. Diz ele, referindo-se ainda a ASL, que “há também aqui uma notória falta de familiaridade com os termos específicos e técnicos da cabala”, recomendando logo a seguir que “[p]alavras como *Merkabah*, *Temurah* ou *Sefirot* por certo que também mereciam atualização ortográfica” (p. 145).

Leitão está a leste deste assunto. Deveria saber que as letras hebraicas não têm na cabala o mesmo sentido que na utilização normal. Há livros sobre isso. Os textos e termos cabalísticos *não* podem ver a ortografia atualizada sob pena de se perder o seu sentido. Cada letra tem uma importância desproporcionada. Recomendar a “atualização ortográfica” de termos cabalísticos é equivalente a, num texto matemático, se dizer “Mude-se lá esses símbolos que eu não percebo o que eles significam!” Isto vale para os termos cabalísticos e vale também, por razões diferentes, para livros com mensagem esotérica. Recentemente, Arthur Melzer escreveu um livro sobre a complexidade da escrita esotérica, livro que é, aliás, citado (CURADO, 2018a: p. 23, nota 14). Temos, pois, um crescendo de complexidade: letras isoladas, termos individuais, tema cabalístico geral e constrangimentos especialmente graves da escrita esotérica num país dominado pela Inquisição e pelas mesas censórias.

Repare-se no cuidado que se teve em honrar *cada uma das letras das palavras* usadas por D. Francisco, mesmo que não tivessem significado ostensivamente cabalístico. Veja-se, como mero exemplo, a nota 148 (p. 117), sobre a estranha palavra “Aateinoe”. Será gralha ou terá um significado secreto? O que dizer da nota 189 (p. 129) sobre a enigmática palavra “catelam”? Refere-se a “catalão”, a “catalã”, a “castelhano” ou, por hipótese, à localidade de El Castellar onde nasceu o autor a que D. Francisco se refere (Bonet)? O zénite da dificuldade em compreender letras em palavras num texto como o do *Tratado da Ciência Cabala* encontra-se na nota 355 (p. 159). O que significará o nome “Zeva”? Será que o autor se referia a Zeus ou tinha no seu espírito um significado não padronizado? Nenhuma enciclopédia de mitologia clássica menciona “Zeva”. Explicar esta curiosidade tomou muito tempo. É este nível de atenção que um texto com a riqueza do *Tratado* mereceu ao editor. Não poderia ser de outra forma porque é o próprio D. Francisco que adverte contra a alteração das palavras e contra o desrespeito pelas letras. Nas suas próprias palavras, “(dizem os cabalistas) se nas letras não houvesse algum interior secreto, nem outra aptidão, que aquele valor casual com que delas nos servimos, que motivo teria Deus para mandar que Abraão acrescentasse a seu nome a letra H, e se chamasse ‘Abraham’? E para que Sara, chamando-se antes Sarai, tirasse um I, e se chamasse Sara? (...) As quais mudanças parece que seria temerário negar que se haviam feito com profundíssimo mistério. E, pois se não pode negar, claro também parece que fica que assim nos nomes como nas letras se achará alguma virtude intrínseca significativa de ocultos segredos, e são aptos para conterem essência determinada fora da ordinária ordem e valor que lhes concede o uso humano” (§ XVIII.20).

Num mundo em que *todas* as letras têm um “interior secreto”, um “profundíssimo mistério”, uma “virtude intrínseca” e “ocultos segredos”, fazer a recomendação da moda de se atualizar a ortografia é não perceber nada do que está em causa no livro.

Todas as interpretações têm latitude, certamente, mas ao leitor desta edição são oferecidas de modo argumentado as hipóteses mais plausíveis. Só quem respeita um texto nas letras individuais e na pontuação, e sabe por dura experiência o difícil que é provar uma determinada conjectura hermenêutica na ausência dos manuscritos originais e de paralelos noutros autores, é que pode compreender o que está em causa. Leitão, em primeiro lugar, não reparou no conteúdo rico das notas; em segundo, atribuiu-as a outra pessoa; e em terceiro, para culminar uma série de desvarios, recomenda que se faça uma “atualização ortográfica”...

Como se trata de um estudante, está a tempo de corrigir estes maus métodos. A pessoa que se propõe criticar um livro deverá fazer propostas positivas que contribuam para o avanço do conhecimento. Uma recensão não é um teatro em que se finge de juiz dos outros, um juiz que pedantemente pretende fazer crer que sabe mais do que sabe. O autor da recensão tem obrigação de dar um contributo. Caso contrário, como poderá o leitor avaliar que ele sabe do assunto que aborda? Poderia, por exemplo, evitar as barbaridades acima mencionadas e dar achegas para a interpretação de passagens difíceis. Castelão, castelhano, catalão ou vizinho de Castellar? Zeus ou Zeva? Nestas coisas é que se vê a qualidade da análise; não é em absurdas análises do currículo do autor do livro, que poderia ser seu professor em muitas matérias. Leitão pronuncia-se até sobre o meu currículo (e.g., pp. 138 e 145). Leitão deveria saber que vivemos num mundo que tem ciência, certamente, mas que também tem elegância no trato entre as pessoas. Com leviandade, ignora tudo isso.

5. A questão Hanegraaff. A mistura de mau método com falta de civilidade atravessa de modo desagradável toda a recensão. Veja-se a “lição” que o estudante quer dar ao professor. Diz o primeiro que o segundo não compreendeu a ideia principal de Woulter J. Hanegraaff: “o que parece ser ignorado por Curado, é que esta definição de ocultismo dada por Hanegraaff não é sua, mas sim a definição popularizada por autores como Colin Wilson, referido imediatamente antes no texto citado. Isto significa que Hanegraaff, ao dar esta definição, não está a criticar ou a avaliar o ocultismo como categoria ou prática, está sim a evidenciar os modos culturais que a definiram como ‘lixo intelectual’” (p. 142). Comente-se rapidamente esta tirada aparentemente justiceira, mas de facto absurda. Chega-se ao cúmulo de explicar como eu deveria ter lido o verbete que

cita, e isto apesar de Leitão reconhecer que “Hanegraaff é inclusive citado por Curado na sua contribuição” (p. 141)!

Uma palavra portuguesa que Leitão tem dificuldade em dominar é “descrever”. Hanegraaff *descreve* uma determinada situação, *alude a* um determinado tema, *refere-se a* um determinado uso, *indica* os protagonistas de um debate. Eu utilizo o verbo “descrever” e não o verbo “defender”: “outros, como Hanegraaff, o descrevem como ‘um balde do lixo intelectual cheio de restos’” (p. 21). Os historiadores que *descrevem* o Terceiro Reich não o *defendem*. Pode-se *descrever* sem *defender*. Estas subtilezas semânticas não são compreendidas pelo autor da “recensão”. Como as duas palavras começam e terminam com as mesmas letras, ele esqueceu-se que entre “d” e “r” estão letrinhas que fazem toda a diferença. Além disso, não é possível escrever sendo totalmente ostensivo na linguagem utilizada. Nenhum ser humano consegue dizer *tudo* o que há a dizer sobre uma situação. É por isso que, nos cursos de Lógica e de Pensamento Crítico, se dá tanta importância a estruturas entimemáticas. Há um entimema na frase citada; o sentido é fácil de captar: Hanegraaff *descreve* uma determinada situação sem, obviamente, a estar a *defender*. Aliás, na nota 85 (p. 51), indica-se que Hanegraaff é precisamente um dos autores que mostrou o distanciamento das academias em relação ao tal “conhecimento rejeitado”, abordagem que, para qualquer pessoa racional, significa que o tal “conhecimento” é precioso e merecedor de estudo renovado. Para cúmulo de tudo isto, convidei o distinto autor holandês para integrar o conselho consultivo internacional de um outro projeto editorial (*email* de 5/Março/ 2018). Pergunta-se com estupefação: como é possível interpretar de forma tão enviesada um texto? Os requintes de Leitão chegam ao disparate de insinuar algo desagradável, afirmando de forma serpentina que, a respeito do “verbete ‘Occult /Occultism’”, fiz “alguns decalques directos” (p. 141). Ora, nessa p. 21, Hanegraaff merece três notas de rodapé e as correspondentes construções frásicas no texto. Não há, aparentemente, forma de acertar para Leitão: se sigo a lição de um grande mestre, “decalco-o”; se não o decalco, então é porque não percebo nada do assunto. *Double bind* típico. Os teóricos de Palo Alto teriam muito a dizer. Sou, aos olhos de Leitão, de tal forma incompetente que nem uma citação sou capaz de fazer!

6. A questão do alegado anacronismo. São muitas as insinuações torpes. Veja-se apenas mais umas. Afirma Leitão que cometo anacronismos inaceitáveis já que o termo “‘ocultismo’ não é um termo académico com a conotação que Curado lhe deseja atribuir, é sim uma palavra que designa um objecto histórico específico e concreto no século XIX e XX” (p. 141). Espantoso! Dei-me ao trabalho de historiar o aparecimento nos dicionários do termo em causa,

precisando com rigor as datas relevantes. Mais ainda, inseri o termo numa abordagem antropológica mais vasta (e.g., nota 1, p. 8). E o prémio que recebi por este cuidado é a denúncia de que não acautelei as questões de datação dos conceitos e usei de modo frouxo categorias que estão no plano eidético da academia, palavras que só as autoridades académicas podem usar com propriedade. Por esta lógica, Cunhal não poderia ter escrito o livro *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média*, já que a categoria “luta de classes” é oitocentista. Pela mesma lógica absurda, não se poderia fazer uma história da Psiquiatria na Grécia antiga, já que a categoria de “Psiquiatria” só aparece no final do século XIX. Na Grécia antiga não havia, portanto, pessoas com depressão, já que esta categoria nosológica era desconhecida. E, no entanto, como se viu, dei-me ao trabalho de *precisar as categorias*; mais ainda, noutra trabalho até historiei a utilização dos termos portugueses em torno do oculto e contra o oculto (2018b; cf. 2018c).

Esta utilização está em linha com os grandes autores internacionais do assunto. Não é um argumento de autoridade; mas sim de boas práticas. Veja-se os livros de Frances Yates. No seu “modern classic” *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition*, Yates aplica a categoria de “ocultismo” à literatura dos primeiros séculos do Cristianismo, ao Renascimento e ao século XVII (1964: pp. 17, 297, 407 e 433). Em *The Rosicrucian Enlightenment* (2003), aborda “various forms of occultism” do início da modernidade, logo desde a primeira página (mais precisamente, segunda frase do livro). Em *The Occult Philosophy in the Elizabethan Age* (2001), aborda o “Renaissance occultism” (p. 5), o “late antique philosophical occultism” (p. 17) e até o “ocultismo patriótico” de John Dee (p. 89). Muitas outras autoridades seguem nesta linha. Veja-se o capítulo sobre ocultismo na *The Cambridge History of Seventeenth-Century Philosophy*, assinado por Brian Copenhaver (1998). Repare Leitão que é uma obra sobre um período histórico anterior ao século XIX, quando surgiu o termo de origem francesa “ocultismo”, como sabem as pessoas cultas. O termo é usado por Copenhaver de modo a incluir “magic, astrology, alchemy, demonology, divination, kabbalah, witchcraft, spiritualisms, and kindred beliefs” (p. 455). Apesar de saber que o termo é oitocentista (nota 4, p. 503), Copenhaver está autorizado pela tradição da *Occulta Philosophia*, de Agripa, que também contemplava a cabala. Recorde-se que é precisamente a Copenhaver que os portugueses devem uma tradução contemporânea das *Summulae logicae* de Pedro Hispano (2014). Nem a Dame Frances Amelia nem o Professor Copenhaver são “amadores”... Como é evidente, um Hanegraaff pode protestar (“this is regrettable”), convidando ao trabalho de apartar as categorias, mas ele próprio reconhece que termos como “occultism”, e outros (ele menciona também “superstição”, “magia”, “qualida-

des ocultas”, “filosofia oculta” e “ciências ocultas”), “have often been seen as mutually interchangeable, even to the point of being used as near or complete synonyms *in mainstream scholarly research*” (2012: p. 156, *italico nosso*).

Que Leitão se atreva a afirmar, e repita-se o disparate, que “ocultismo” é “uma palavra que designa um objeto histórico específico e concreto no século XIX e XX”, é facilmente desmentido por qualquer bom dicionário da língua portuguesa. Na cabeça dele deve estar o pseudo-conceito de “objeto histórico”, uma aberração da historiografia que tem inveja do rigor das ciências naturais e que não consegue aceitar, por insondáveis razões psicanalíticas, que é apenas um ramo da literatura (muitas vezes de má qualidade). Ninguém saudável tropeça em “objetos históricos” porque semelhantes *bibelots* só existem em cabeças sem sentido crítico. Veja-se o verbete do *Dicionário Houaiss* sobre o tal “ocultismo”: “1 crença na acção ou influência dos poderes sobrenaturais ou supranormais 2 o estudo desses fenómenos; o conjunto das artes ou ciências ocultas, como a magia, o espiritismo, a astrologia etc.” (IAHL, 2003: V, p. 2656). Estando a palavra dicionarizada, ninguém tem de pagar direitos de autor pela sua utilização. Recomenda-se, pois, a Leitão que volte a ler o ensaio *Pensar o Ocultismo* com este verbete do *Dicionário Houaiss* ao seu lado; irá ver que perceberá tudo facilmente. Só inventa pseudo-problemas quem tem interesses ocultos na sua invenção. Não é uma questão de “ocultismo”, é de ética.

No âmbito desse trabalho, logo desde a primeira frase do ensaio *Pensar o Ocultismo*, mostra-se qual é o ponto de vista adotado: “Os nomes das disciplinas dedicadas ao oculto enchem as pessoas de curiosidade” (p. 7). Todo o discurso que se segue adota o ponto de vista retórico dessas pessoas que assistem à indústria pujante de promotores de *alegadas* disciplinas dedicadas a *alegados* referentes ocultos. Dá-se, aliás, logo de seguida, uma longa lista desses assuntos, onde se insere, obviamente, a cabala. Nenhum autor é obrigado a usar “termos académicos”. O uso académico é apenas um ponto de referência. Isto não pode ser esquecido numa coleção que marcou bem as distâncias entre as edições “preparadas pela elite académica cujo destinatário é ela própria” em relação a uma outra abordagem, a que a coleção das Obras Pioneiras procura dar corpo, tentando concretizar o ideal de uma democratização que contribua “para o enriquecimento intelectual de uma comunidade que fala uma língua que cristalizou uma identidade modelada ao longo dos séculos”, tal como consta do texto de “Introdução Geral” à coleção assinado pelos directores e pelos coordenadores do projeto (2017: p. XIX). Há, pois, na cabeça do estudante um equívoco sobre as palavras, sobre a interpretação, sobre as categorias e sobre os objetivos do projeto editorial.

7. Elogios não aceites. O doutorando lança uma grande quantidade de elogios falsos ao presente autor, que bem os dispensa a todos. A benefício da denúncia das maldades da lamentável “recensão”, veja-se a coleção de mimos que a sua consciência atormentada lá vai dando ao cordeiro a abater. Diz ele que fui “uma escolha interessante para a coordenação deste volume” (p. 138), e vai daí lista uma série de especialidades que se colheram sabe-se lá onde.

Mais se informa o estudante que é uma deselegância passar do seu objeto de estudo para o estudo do autor do objeto de estudo. Leitão deveria saber que, em sede científica, as avaliações autorais não contam. O valor de uma obra científica não se liga à vida dos autores. A ciência tem objetividade porque, precisamente, aparta essas águas. Vê-se que, talvez por andar enfarinhado nas questões históricas, pode ter sido influenciado pelos documentos inquisitoriais que, aí sim, se vasculhava de modo torpe e violento as vidas que eram prejudicadas “para salvação das suas almas”. Mas compreende-se, obviamente, esta jogada. Como Leitão não tem nada a contribuir para o avanço da reflexão sobre a cabala e sobre o oculto, o seu plano é o de falar da coisa que está ao lado, e vai daí põe-se a falar sobre mim, de modo “superior”.

Diz-se, a respeito da “escrita de Curado, em termos de forma [sic]”, que “esta deverá ser notada como fluida e eficiente”, mas logo de seguida se alfineta que “as suas argumentações passem por excessivamente personalistas” (p. 140). Se um ensaio não é personalista, o que será? Montaigne e Eduardo Lourenço não são “personalistas”? Não é supostamente *isso* que um ensaio deverá ser?

Depois destes presentes aqueus, denuncia-se o alegado *amadorismo* deste troiano. Diz-se de modo deselegante que “ele é perturbadoramente amador” (p. 145). Não se explica o que significa ser amador nas questões do oculto, já que o ensaio principal do livro é *Pensar o Ocultismo*, escolhido pelo estudante como objeto principal da sua alegada “recensão”, e o resto do livro tem a ver diretamente com esse tema, nem se percebe o que será um profissional do oculto. Se Leitão reclama mais profissionalismo nesse tema, significa que ele próprio ganha a sua vida a ler palmas das mãos e faz horóscopos nas feiras? Reclamo com orgulho e sem ambiguidade um amadorismo *total* nas questões do oculto, no sentido nobre do termo: amador é o que ama os assuntos. Se há em Coimbra “profissionais do oculto”, eu desconheço esses protagonistas e alimento aliás um grande ceticismo a respeito deles e da sua alegada ciência.

Com tudo isto, o mínimo que se poderia esperar seria o bom senso de se reconhecer que o ensaio que tanto atormentou Leitão não tem rival conhecido nas letras portuguesas porque adota o ponto de vista metafísico de uma teoria geral do tal assunto que muitas pessoas dizem que existe, mas que é dissonante com a imagem científica do mundo. É uma homenagem a D. Francisco Manuel

de Melo e à excelente ideia que é a coleção das *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*.

8. A alfinetada dos grimórios. Acrescente-se ainda no rol de observações maliciosas a questão dos livros de magia (*grimoires*). Já se viu que o estudante Leitão gosta muito de ensinar o Pai Nosso ao padre. Não contente em afirmar que os ensaios iniciais não passam de um “extenso e inútil exercício” (p. 144), ainda tem tempo para proclamar que o tal autor amador (ou amador autor?) mostra uma total ignorância sobre aquilo que ele, estudante Leitão, sabe bem que existe, porque até sabe aceder a um catálogo *online* das grandes bibliotecas. Nas palavras que constam objetivamente na “recensão”, afirma-se que revelo uma “falta de conhecimento profundo da história da literatura mágica portuguesa (os *grimoires* lusitanos que afirma não se conhecerem (p. 56), mas que uma simples busca no catálogo da Biblioteca Nacional ou da Torre do Tombo certamente lhos revelará)” (p. 145).

O que fez Leitão para construir este caso de alegada ignorância? O que se esperaria: mutilação da frase original, descontextualização completa da mesma e deturpação do sentido. Vamos por partes. Diz-se no ensaio *Pensar o Ocultismo* o seguinte: “Suspeita-se da existência de livros portugueses de magia, mas esses *grimoires* lusitanos ainda não foram encontrados” (p. 52). Em primeiro lugar, as palavras da frase. O termo “*grimoires* [grimórios]” não é português nem é referenciado pelas autoridades da língua (não surge, por exemplo, no *Vocabulário de Língua Portuguesa*, de F. Rebelo Gonçalves, de 1966, nem no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de J.P. Machado, 5.^a ed. de 1989, nem aliás no *Houaiss* já mencionado). Ter-se-ia, pois, de procurar exemplos portugueses dos grandes *grimoires* estrangeiros ou dos grandes livros de magia. Há todo um debate sobre o que pode efetivamente fazer parte dessa categoria. É isso que sim está em causa; não está em causa a existência de pequenos textos de magia ou sobre magia, nem, obviamente, de frases ou trechos ou folhas volantes com significado mágico (bastaria compulsar a “enciclopédia” seiscentista desses assuntos, de M. Vale de Moura, para ver imediatamente isso, ou até as recolhas oitocentistas de *carmina magica*, de um J. Leite de Vasconcelos, por exemplo). Não causa surpresa que não tenham existido esses grandes *grimoires* em Portugal, mas apenas pequenos textos; por analogia, numa área afim, veja-se a inexistência de grandes demonólogos do calibre dos que tiveram a Europa a seus pés (Boguet, Del Rio, Institoris, Remy, etc.). Além disso, o verbo “suspeitar” deriva do latim *suspectare*, que tem o significado, como informa o Gaffiot, de “regarder en haut, en l’air” (1934: p. 1528). Olhando, pois, *por alto* para o assunto, informei que sim se sabe da existência desse tipo de documentos, mas

que, diferentemente, não se sabe da existência de textos que possam rivalizar com os grandes *grimoires* estrangeiros. É este o significado da frase. Os documentos que se conhecem podem ser cópias de modelos estrangeiros, podem ser exercícios de adolescentes atormentados, ou qualquer outra coisa; mas os documentos manuscritos que estão nas bibliotecas não tiveram grande repercussão na história portuguesa. As obras de recolha e inventário desse tipo de documentos, como surgem nas miscelâneas antigas e em muitos títulos de autores contemporâneos, como Manuel J. Gandra, são ricas nessas indicações, mas tal não significa que os textos tenham valor assinalável. Além disso, a discussão do texto tem um certo quadro já referenciado. Para referência, isto: “cumpre afirmar que se sente a ausência de um grande tratado português de magia” (p. 36). Neste momento não está provado que esses documentos possam ser integrados na categoria de “grande tratado português de magia”. Aliás, é possível fazer algo semelhante a um teste. Leitão poderá desenhar o seu próprio “grimório” e enviá-lo para a Torre do Tombo. Será um enunciado verdadeiro dizer nessa altura que nesse arquivo nacional há pelo menos um “grimório” – o do estudante. Isso não significa que esse tal “grimório” seja minimamente relevante. O enunciado é verdadeiro, sim, mas não tem interesse nenhum. Em Epistemologia, chama-se a isto uma questão de relevância. Em complemento, Leitão deveria saber que os investigadores trabalham muitas vezes baseados nas investigações de *outros* investigadores. Ora, a respeito de *grimoires*, um autor de referência mundial é Owen Davies, que publicou na Oxford University Press um dos livros decisivos a respeito desse assunto. Se Leitão o ler, verá que nada de interessante se diz sobre o caso português. Esse autor é obviamente referido na obra que “recenseou” (p. 46: p. 36).

Tudo isto é muito curioso porque, para além de mutilar a frase e descontextualizar o assunto, Leitão não repara no inventário exaustivo de possíveis fontes de documentos que possam estar direta ou indiretamente relacionados com o assunto em apreço: “Seria possível identificar outras fontes portuguesas que representam o mundo oculto” (p. 52). Depois destas palavras, que revelam manifesto interesse pelos tais documentos que estão em bibliotecas, mas ainda insuficientemente estudados, segue-se uma secção em que se listam mais de 30 possíveis conjuntos documentais (*sic*). Pergunta-se: que outros investigadores portugueses contemporâneos mostraram sensibilidade para essa vasta coleção de fontes documentais heteróclitas? Perante tudo isto, diz o estudante que há uma papelada tal e tal na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo. Haja paciência!

Como quem pensa tem obrigação de enriquecer o debate, aqui vai um pequeno exemplo de uma *outra* biblioteca. Muitos outros exemplos seriam pos-

síveis, certamente, mas a vista da Biblioteca da Ajuda é mais bonita do que a de outras. Na Ajuda está, por exemplo, o documento *Arte Mágica*, sem indicação de autor, sem data e sem local (cota 49-III-20(51)). Este documento não tem interesse nenhum, limitando-se a ser um modesto apontamento de três páginas sobre a magia natural, cerimonial ou judiciária, propondo em complemento que a nigromancia diabólica se divide, por exemplo, em geomancia, quiromancia, hidromancia e piromancia. Documentos deste tipo nunca poderão incluir-se na categoria de “grande tratado português de magia”.

Isto não significa que a investigação não venha a estudar e, sobretudo, a publicar *no futuro* algum “grande tratado português de magia” que seja equivalente a algum grande *grimoire* estrangeiro. Seja como for, como Leitão não dá sinais de ter lido a “Introdução Geral” à coleção, acima mencionada, não se apercebe de que o debate em torno de manuscritos não estudados e não publicados é absurdo, tendo em atenção os objetivos da coleção em que o vol. 24 se insere. Não é que eu desconheça o assunto e não tenha já dado provas da minha capacidade de descobrir manuscritos desconhecidos. Veja-se um exemplo que está à mão: a nota 119 (p. 69). Parece-lhe suficiente essa referência a manuscritos do grande teorizador dos encantamentos mágicos e dos ensalmos, Manuel Vale de Moura? Já tinha encontrado essa relação em algum outro sítio, que uma pessoa razoável possa compulsar facilmente? Bastaria ver esta longa nota sobre Vale de Moura para se entender a frase da p. 52: ela *nunca* poderia significar a inexistência de documentos mágicos nas bibliotecas portuguesas; ela só significa que não se conhece ainda nenhum grande *grimoire* português.

A frase da p. 52 potenciou, pois, estes equívocos. Havendo futura edição do vol. 24, será corrigida de modo a que eles não voltem a acontecer.

9. As recomendações para introduções alternativas. Leitão esperaria um banal livro com uma introdução banal, expectativa para a qual ele, de forma despudorada, dá achegas. Estas não têm nada de original, e são triviais para qualquer mediano conhecedor desta área de estudos. Como se esperaria, puxa a brasa à sua sardinha, presumindo que todo o assunto da cabala e, em geral, do esoterismo e do ocultismo, pode ser apropriado pelo ponto de vista da historiografia das universidades. Diz ele, tomando de forma deselegante o lugar do coordenador do livro que deveria analisar, que este último deveria “oferecer alguma forma de explicação histórica sobre o desenvolvimento da cabala” (p. 144). Bem, é uma opinião. É a *doxa* dele. Não é *episteme*, nem *sophia*; é apenas a velha *doxa*, bengala sem interesse do mau pensamento. Todavia, isso seria pobre, já para não dizer redundante, porque o próprio D. Francisco se dá ao incómodo de dedicar um capítulo aos autores que o influenciaram (cap. XXXV, *Dos Autores*

que escreveram da *Ciência Cabala*, e do Juízo que Alguns fizeram dela). Leitão dá também umas achegas pouco originais no que concerne à própria bibliografia a seguir para a redação de um texto historiográfico, como ele gostaria que tivesse acontecido, dizendo que esse texto seria “de fácil concretização com recurso aos estudos de Gershom Scholem, Moshe Idel ou muitos outros” (p. 144). Nada tenho contra estes grandes mestres do assunto; aliás, refiro muitos deles noutra trabalho (2017, p. 119, n. 10; p. 123, n. 20; etc.), curiosamente um trabalho que estava para complementar o segundo ensaio introdutório ao vol. 24. Porém, no uso da liberdade académica, preferi recorrer à melhor autoridade que se conhece sobre a cabala cristã, François Secret, autor cuja obra *Les kabbalistes chrétiens de la Renaissance*, de 1964, é indicada na nota 414 (p. 179), e, obviamente, preferi contactar com as fontes citadas pelo próprio D. Francisco, como uma das obras de Reuchlin (e.g., nota 51, p. 100).

Como Leitão não leu nota nenhuma em concreto (não aborda factualmente nenhuma problemática que nelas conste) e atribuiu todas em bloco a outra pessoa, não admira que faça julgamentos apressados e sem fundamento. As coisas que ele afirma que deveriam ser feitas foram, de facto, feitas, sendo as notas de rodapé suficientemente ricas a respeito de fontes e de estudos. (Vamos a contas: o livro de 183 páginas tem 406 notas de rodapé. Mesmo descontando algumas dezenas de notas com meras traduções do latim, ainda assim é elevado o número de notas). Os expoentes da tradição em que D. Francisco se reconhece são citados textualmente e são referenciados; veja-se o conjunto de notas que aludem a della Mirandola, a Garzoni e a Reuchlin; veja-se o conjunto de notas sobre termos da cabala (e.g., notas 51, 79, 81, 110, 167, 414). Não foram ainda mais ricas devido ao objetivo não académico da coleção. Cada uma das notas foi bem pensada devido aos critérios editoriais democratizantes da edição; como paga desse esforço, ainda se é acusado de não se ter posto isto e aquilo!

Só para que Leitão e os leitores desta *Resposta* tenham o sentido das proporções, se os ensaios *Pensar o Oculto* e *As Explorações Cabalísticas de D. Francisco Manuel de Melo* tivessem sido publicados tal como foram pensados e escritos, ocupariam o triplo do texto do próprio D. Francisco. Isto, no mínimo, seria uma descortesia para com o grande clássico da língua (faria lembrar o gigantesco prefácio que Vergílio Ferreira fez ao pequenino texto de Sartre, *O Existencialismo é um Humanismo*), já para não falar de uma violação flagrante dos critérios da coleção.

O espírito das sugestões textuais e bibliográficas de Leitão revela, contudo, a sua formação. Quando recomenda que se faça uma história que o próprio D. Francisco já tinha feito nas suas linhas gerais e quando recomenda que se recorra a modelos como Scholem e Idel, dando a entender que bastaria fazer um

resumo em pinceladas largas destes autores, o que de facto está a mostrar é que só sabe parafrasear os textos e referi-los. Não é um criador. Não ousa pensar de modo inovador. Uma introdução a um livro, tal como uma intervenção oratória, um artigo científico ou uma sinfonia, deverá transfigurar o real, tentando captar o seu âmago.

É estranho também pedir que o assunto da cabala (ou o do esoterismo em geral) seja abordado preferencialmente de um ponto de vista historiográfico. Um assunto que, por definição, tem a ver com capacidade de a palavra divina moldar a ordem do mundo é apoucado na banalidade dos assuntos humanos, como se fosse apenas um enésimo tratado de paz ou uma enésima ida ao supermercado. Como se demonstra para além de toda a dúvida razoável que o melhor ângulo para estudar a cabala é mesmo o da ciência da História? Onde está essa demonstração? Em primeiro lugar, seria necessário demonstrar que, de facto, o assunto principal do *Tratado* do senhor D. Francisco é, sem margem para dúvidas, a cabala. Há, infelizmente, essa margem, e ela não é pequena. D. Francisco revela uma ampla curiosidade intelectual por questões que hoje se considerariam de filosofia da linguagem (como ele refere, interessa-lhe a procura da “língua universal de todos os homens”, XIV.5, 2018, p. 126; cf. o nosso ensaio de 2017). Para questões desta natureza, a ciência da História *não* é o melhor guia, porque há todo um debate intelectual em que os cultores dessa ciência podem muito bem não participar. É assim a vida em geral. Quando um pescador vê a sua traineira naufragar na foz do Mondego, não lhe passa pela cabeça solicitar a presença de um historiador para o auxiliar. Diferentes assuntos na vida exigem diferentes competências. A filosofia da linguagem de D. Francisco não precisa de historiadores; precisa de quem a *pense*. A confirmar-se que o assunto da cabala é o que estaria de facto a inspirar o pensamento do senhor D. Francisco, e não a questão da linguagem e da “virtude física das palavras”, seriam necessárias pessoas que pensem questões de cosmologia metafísica e pensem as hipóteses remotas que seres humanos feitos de átomos têm de poder aceder, através de coreografias curiosas, aos desígnios divinos; etc. Os filhos de Heródoto são importantes para outros domínios. Nestes agora em causa, não teriam nada de decisivo a dizer. “Pensar” *não* é o verbo que salta imediatamente ao espírito quando se pondera o ofício dos historiadores.

Seria, pois, necessário, e em segundo lugar, uma demonstração do que o estudante toma por garantido, com leviandade. Ele passa por alto pormenores importantes sobre a natureza formal da obra. Relembrem-se alguns: o *Tratado* é póstumo; não se conhece o manuscrito, e este pode ter sido adulterado pelo seu primeiro editor ou pelos proprietários que teve entre a morte de D. Francisco e a feliz descoberta do mesmo por Matias Pereira da Silva; há sérias dúvidas sobre

se D. Francisco não se teria “apropriado” indevidamente do projetado opúsculo de Manuel Vale de Moura (recordando suspeitas antigas de João Franco Barreto e, mais recentemente, do Professor Jean Colomès, ver CURADO, 2018a: p. 69); alguns investigadores autorizados, com o nível de excelência acadêmica de Ana Hatherly, de José Adriano Freitas de Carvalho e de Maria Lucília Gonçalves Pires, têm até dúvidas sobre a autoria do *Tratado* por D. Francisco (cf. CURADO, 2018a: p. 65, nota 112); etc.

Com uma inocência metodológica embaraçosa, o estudante toma as coisas pelo seu valor facial, sem se dar ao incômodo de justificar o que quer que seja. Não conta ir ao *site* da Amazon, escrever “Kabbalah” no motor de busca, e encontrar os livros de Scholem e de Idel. Os assuntos têm de ser pensados séria e não preguiçosamente.

10. Bravatas inconsequentes. É neste espírito de leviandade que Leitão recusa a minha leitura a respeito do sentido do *Tratado*, uma leitura que vê neste um sinal de *Curiositas* (não de “curiosidade”, porque a semântica contemporânea desta palavra não capta a riqueza do termo latino à época de D. Francisco) e de zelo, como o próprio autor seiscentista considera. Não, ele, bravo estudante de doutoramento, é que sabe! Diz Leitão que D. Francisco tinha a agenda de construir “uma ambiciosa apresentação de uma nova cabala católica” (p. 145). Nada no livro aponta para essa agenda ambiciosa. D. Francisco diz ao que vem e o que o move, e boa parte do livro até se dedica, como se viu, a assuntos *não* ostensivamente cabalísticos (sistema de signos, a “física virtude” das palavras, a língua universal, os gestos, a comunicação, etc.). Dando sinal da importância dos temas *não* cabalísticos numa obra alegadamente sobre a cabala, Elias Lipiner, um distinto e autorizado comentador do *Tratado* de D. Francisco, afirmou, quase em desespero, que esse livro tem “falta de proporcionalidade entre os elementos essenciais e secundários constitutivos da Cabala”, já que Melo se dedicou a “extensíssimos comentários a matérias que nela são secundárias e acidentais” (MELLO, 1997: p. 30; passagens igualmente citadas em CURADO, 2017: p. 119).

Nada disto impede, certamente, que o estudante numa futura publicação prove o que afirma. É aliás desafiado a contribuir, sem bravatas, para o debate com documentos novos e com argumentos plausíveis. Uma “recensão” claramente tendenciosa, como já se demonstrou, não é o sítio certo para se provar conjecturas hermenêuticas arriscadas.

11. Fazer melhor. Cada pessoa que na academia toma a palavra tem obrigação de compreender a responsabilidade que está sobre os seus ombros. Não pode ser por motivos insondáveis que se critica uma parte de um livro (*sic*) e,

posteriormente, se lança suspeitas maldosas sobre uma coleção. O jogo académico não deve ser político ou de outra natureza. O amor intelectual pela verdade obriga os que nele participam. Sempre que se faz uma crítica, é necessário provar o que se afirma, e seria bom que se contribuísse para o conhecimento dos assuntos em causa.

Como se trata de um estudante, é oportuno dar um exemplo pedagógico. Leitão poderia ter questionado com pertinência e enriquecimento de todos, por exemplo, alguma gralha que perturbasse o sentido do texto. Veja-se uma gralha infeliz que acontece na nota 346 (p. 158). O texto que deveria estar é o seguinte: “Proclo, filósofo neoplatónico, foi o continuador de Platão à frente da Academia, já no século V d.C.” A palavra “neoplatónico”, contudo, aparece grafada como “moflatónico”. A indicação deste tipo de erros é o que se espera de uma recensão séria. O caminho da perfeição é infinito.

12. Uma luz que hipnotiza. Quando Leitão abriu o vol. 24, o seu preconceito teria feito com que ele considerasse que uma jóia seiscentista do pensamento português deveria ser introduzida com um texto sensaborão que fizesse variações sobre o que todos já conhecem. Discordo totalmente dessa menoridade intelectual. O único modo académico de homenagear um grande livro é tentar escrever outro ainda melhor. D. Francisco merece essa atenção. O ensaio *Pensar o Ocultismo* hipnotizou o estudante porque lhe propôs uma forma diferente de se relacionar com o assunto que contextualiza o livro de 1724. Quando se lê um Walter Pater, ninguém está preparado para a excelência. A Natureza só nos prepara para a normalidade. O sublime arrasa qualquer pessoa. Não sendo Pater, mas em todos os seus textos lutando pela sua alma, o presente autor há muito que se deu a si próprio a tarefa de procurar um pensamento novo.

Recomenda-se, pois, ao futuro doutor que leia de modo renovado o ensaio *Pensar o Ocultismo*, sentindo a música da prosa, sendo tocado pelo desafio intelectual de pensar o que não se pensa habitualmente.

Perante isto, impõe-se uma atitude sapiencial. Pergunto-me muitas vezes o que pensariam os mestres, que sempre amei, da Faculdade de Letras de Coimbra. Para não dar exemplos recentes, bastará um de outra geração. O que pensaria o Prof. Joaquim Mendes dos Remédios, que, bem vistas as coisas, era um Curado como eu, já que era filho da Sr.^a D. Maria José Curado, o que pensaria ele, a quem o *Arquivo muito deve*, de tudo isto? Esta pergunta contrafactual não tem obviamente resposta. Todavia, a minha conjectura é a de que o homem de Nisa que se mudou para Coimbra teria ficado triste. Este tipo de coisas não deveria acontecer numa publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra.

Se os membros do Conselho de Redação e do Conselho Externo de Consultores da revista não estão lá para inglês ver, não se compreende que a “recensão” não tenha sido acompanhada de uma nota editorial. O teor das afirmações maledicentes recomendaria essa gentileza. Uma página do *Boletim* informa que “Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.” Estão, pois, os diretores e os outros membros dos conselhos editoriais isentos de responsabilidade direta. Infelizmente, por insuficiente atenção, permitiram uma “recensão” desmerecedora desse nome.

Referências

- COPENHAVER, Brian (1998) – “The occultist tradition and its critics”, in Daniel Garber e Michael Ayres, eds., *The Cambridge History of Seventeenth-Century Philosophy*, vol. I. New York: Cambridge University Press, pp. 454-512.
- CURADO, Manuel (2017) – “As explorações cabalísticas de D. Francisco Manuel de Melo”, *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, n.º 20 (2.º Semestre de 2017), pp. 112-126.
- CURADO, Manuel, coord. (2018a) – *Primeiro Tratado de Ciência Cabala* (Col. Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa, vol. 24). Lisboa: Círculo de Leitores.
- CURADO, Manuel (2018b) – “Antiocultismo”, in José Eduardo Franco, org., *Dicionário dos Antís*, Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018, pp. 1367-1377.
- CURADO, Manuel; e João Peixe (2018c) – “Antifeiticeirismo”, in José Eduardo Franco, org., *Dicionário dos Antís*, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018, pp. 748-765.
- Directores e Coordenadores (2017) – “Introdução Geral”, in José António Souto Cabo, coord., *Primeiros Textos em Português* (Col. Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa, vol. 1). Lisboa: Círculo de Leitores, pp. XV-LIX.
- GEORGE, João Pedro (2018) – *Mamas e Badanas: Duas Análises Profundamente Complexas da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia (IAHL) (2003) – *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- LEITÃO, José Vieira (2018) – “Manuel de Melo, D. Francisco (aut.); Curado, Manuel (coord.); Franco, José Eduardo (dir.); Fiolhais, Carlos (dir.) (2018) – Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística. Lisboa: Círculo de Leitores, 189 pp.”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XXXI, n.º 2, pp. 138-146.
- MELLO, D. Francisco Manoel de (1997) – *Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística*. Rio de Janeiro: Imago.

- OSSWALD, Walter (2018) – “Espiritualidades, novas tendências?”, *Brotéria: Cristianismo e Cultura*, vol. 187, Dezembro, pp. 756-762.
- PETER OF SPAIN [Pedro Hispano] (2014) – *Summaries of Logic*. Text, Transl., Introd. and Notes by Brian Copenhaver. Oxford: Oxford University Press.
- YATES, Frances A. (1964) – *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition*. London: Routledge and Kegan Paul.
- YATES, Frances A. (2003) – *The Rosicrucian Enlightenment*. London: Routledge (1.^a ed., 1972).
- YATES, Frances A. (2001) – *The Occult Philosophy in the Elizabethan Age*. London: Routledge.